NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenison Freire



A visão de Dino para um "programa mínimo" de Lula

O ministro da Justiça, Flávio Dino, ex-governador e senador eleito, que se diz católico apostólico romano, recorre aos ensinamentos do líder comunista George Dimitroff para explicar a necessidade de o governo Lula chegar a um acordo com o Congresso para governar. "Estamos na defensiva, houve um avanço do fascismo no mundo e o bolsonarismo faz parte disso aqui no Brasil". Mesmo que Jair Bolsonaro venha a ser considerado inelegível, segundo ele, o "bolsonarismo continuará existindo". Seria essa, na sua opinião, a grande ameaça enfrentada pelo governo Lula, que justifica a "adoção de um programa mínimo e não um programa máximo", como a esquerda do próprio governo gostaria.

Ex-juiz criminal em Brasília, Flávio Dino derrotou o clã do ex-presidente José Sarney para ser governador do Maranhão por dois mandatos, eleito pelo Partido Comunista do Brasil. Na última eleição, quando concorreu ao Senado, trocou de legenda e passou a fazer parte do PSB. Já foi convocado uma dezena de vezes para depor em comissões do Senado e da Câmara. Seus embates com bolsonaristas viralizaram nas redes sociais, o principal deles com o senador Marcos Do Val (Podemos-ES), seu principal desafeto. É acusado pela oposição de ter se omitido quanto à segurança da Esplanada dos Ministérios no dia 8 de janeiro passado, quando o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) foram invadidos e depredados por vândalos de extrema-direita.

"Houve uma tentativa de golpe de Estado, mas querem transformar a vítima em réu", argumenta. O ministro da Justiça já foi alvo de ameaças de morte e tentativas de agressão, em várias situações, uma das quais no shopping de Brasília, quando estava com a mulher e dois filhos. "Ando com segurança 24 horas por dia, porque sempre sou atacado por bolsonaristas, mas não tenho medo do fascismo, vou cumprir minha missão", garante. Seus embates com os bolsonaristas estão tendo o efeito de aumentar sua popularidade, principalmente entre os jovens, o que o torna um potencial candidato à Presidência, o que ele descarta: "meu candidato em 2026 é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva".

Ao defender um programa mínimo, "antifascista e nacional-desenvolvimentista", Flávio Dino estabelece um paralelo entre o governo atual e o governo de Juscelino Kubitschek, que também enfrentou tentativas de golpes militares, até para tomar posse, após eleito por um bloco de alianças no qual predominavam liberais (PSD), trabalhistas (PTB) e comunistas (PCB). Tanto a concepção de antifascismo da época quanto a agenda nacional-desenvolvimentista dos comunistas se baseavam nas teses apresentadas pelo líder comunista búlgaro George Dimitroff, no 7º Congresso da Internacional Comunista, em 1935, em Moscou, em resposta à ascensão do fascismo na Itália, do nazismo na Alemanha e ao militarismo japonês.

O centro da política dos partidos comunista, a partir de então, seria defender a democracia e a unidade da esquerda contra o fascismo. Todas as dissidências comunistas que surgiram após a dissolução da Internacional Comunista, em 1947, decorreram de divergências em relação ao informe de Dimitroff, inclusive o próprio PCdoB, fundado em 1962, por uma dissidência do antigo PCB que adotou as teses maoístas. A frustrada guerrilha do Araguaia, na década de 1970, durante o regime militar, foi inspirada na Revolução Chinesa. Ex-dirigente dessa legenda, Flávio Dino defende a tese de que o governo Lula deve trabalhar com um programa que tenha apoio da maioria do Congresso, não apenas da esquerda, e permanecer na defensiva em razão da correlação de forças políticas existente no país.

Estresse com Lira

"Lula está fazendo um governo mais ou menos como o de Juscelino, inclusive em relação à indústria automobilística", exemplifica. Esse é o xis da questão, do ponto de vista político, a ideia de que a defesa da democracia é o que unifica a frente ampla formada para derrotar Bolsonaro, por 1,8% dos votos, apenas, é mais do que justa. Entretanto, não se aplica à agenda econômica nacional-desenvolvimentista, considerada ultrapassada por esses mesmos setores de centro, devido ao esgotamento do modelo de substituição de importações. Em economês, adensar demais as cadeias produtivas da indústria pode ser uma tragédia em termos de produtividade e competitividade, e restringir a integração da economia brasileira às cadeias de produção globalizadas. Trocando em miúdos, produzir carros populares movidos à gasolina quando mundo está produzindo carros elétricos cada vez mais baratos é ficar para trás.

Flávio Dino se tornou uma estrela do governo Lula, mas está no epicentro do estresse de relacionamento entre o presidente da República e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), por causa da operação da Polícia Federal em Alagoas contra corrupção no MEC, na qual foi detido um assessor do poderoso líder do Centrão. Convidado por Lira, Dino foi à residência oficial do presidente da Câmara e explicou que a investigação foi iniciada durante o governo Bolsonaro, o mandado de busca e apreensão foi expedido por um juiz local e executado por um delegado da polícia federal que sequer sabe o nome, só tomou conhecimento da operação quando estava ocorrendo.

Segundo o ministro da Justiça, era sua obrigação dar os esclarecimentos a Lira, que em nenhum momento pediu que interferisse no caso. "Quem me conhece, jamais faria isso". Nosso personagem é um potencial candidato a presidente da República caso Lula não queira ou não possa disputar a reeleição. Não fala isso com todas as letras, mas deixa no ar. O problema é que a concorrência é grande, inclusive dentro do governo, que tem quatro ex-candidatos a presidente da República, um dos quais de seu atual partido: o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB). Os demais são o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede).

JUSTIÇA ELEITORAL

Câmara cassa Dallagnol

Mesa Diretora oficializa a decisão do TSE de invalidar registro de deputado eleito

» RENATO SOUZA
» ÂNDREA MALCHER

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados determinou a perda de mandato do deputado federal Deltan Dallagnol (União-PR). Os congressistas acataram decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A corte entendeu que o registro de candidatura do parlamentar não é válido e, portanto, ele não poderia ter concorrido no pleito do ano passado.

Por unanimidade, em sessão realizada em 16 de maio, os ministros do TSE decidiram que Dallagnol cometeu irregularidades ao deixar o cargo de procurador do Ministério Público Federal para se candidatar. No entendimento da Justiça Eleitoral, o ex-procurador pediu exoneração para fugir de procedimentos que poderiam resultar em condenação administrativa, tornando-o inelegível.

Dallagnol foi eleito deputado federal pelo Paraná com 344 mil votos. Na segunda-feira, ele prestou depoimento à Polícia Federal em inquérito aberto para avaliar se ele cometeu ilegalidades ao questionar a decisão da corte eleitoral. Em videoconferência, Deltan negou ter a intenção de atacar a Justiça Eleitoral.

Ontem, Deltan afirmou que recorrerá até o fim, "por todas aquelas pessoas que saíram das suas casas, com título de eleitor para depositar nas urnas". Disse ser vítima de perseguição política. "Eu não fui cassado pela minha saída do Ministério Público. Fui cassado pelo que fiz dentro do Ministério Público. Por ter ousado colocar corruptos pela primeira vez debaixo da lei", sustentou.

Em outra frente, o Podemos reivindica no STF a vaga de Dallagnol. O Tribunal Regional do Paraná entendeu que o mandato pertence ao PL.

CORREIO DEBATE

REFORMA TRIBUTÁRIA
e a indústria

O Correio Braziliense exaltará pautas relacionadas ao sistema tributário, inclusive os reflexos voltados à vida do trabalhador.

MEDIADORES:



Vicente Nunes
Correspondente do Correio Braziliense em Portugal



Denise Rothenburg
Colunista de política do Correio Braziliense

PROGRAMAÇÃO

Abertura *A indústria como motor do crescimento*

Painel 1 *Como a reforma tributária pode contribuir para a reindustrialização do Brasil*

Painel 2 *Emprego, renda e tributação na indústria*

Painel 3 *A tributação e a nova economia: desafios e oportunidades no mercado de trabalho*

Encerramento *O Congresso e a importância da reforma tributária*

20/JUNHO
DAS 14H ÀS 18H30

PRESENCIAL, AO VIVO NAS REDES SOCIAIS E NO YOUTUBE DO CORREIO

ACESSE AQUI

Apoio: CONSELHO NACIONAL SESI Serviço Social da Indústria PELO FUTURO DO TRABALHO

Realização: CORREIO BRAZILIENSE